

ESPAÇO TEMÁTICO: TECNOLOGIA, DIGITALIZAÇÃO DO ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS

Crítica à alegoria tecnofeudal: plataformas digitais, valor e fetichismo no capitalismo contemporâneo

Thiago Dutra Hollanda de Rezende¹

<https://orcid.org/0000-0003-4464-0408>

¹Universidade do Distrito Federal (UnDF), Centro de Ciências Humanas, Cidadania e Meio Ambiente, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Crítica à alegoria tecnofeudal: plataformas digitais, valor e fetichismo no capitalismo contemporâneo

Resumo: O artigo analisa criticamente a tese do tecnofeudalismo, que propõe a emergência de um novo modo de produção centrado na dominação algorítmica das plataformas digitais. Adota-se como método a análise imanente das obras de autores como Varoufakis, Durand e Dean, confrontadas com a crítica da economia política marxiana. O estudo investiga se essas formulações não incorrem em fetichismo teórico ao tomarem formas aparentes de dominação como rupturas com os fundamentos do capitalismo. Os resultados apontam que, longe de substituírem a exploração do trabalho e a produção de mais-valor, as plataformas digitais intensificam formas historicamente desenvolvidas do capital comercial, portador de juros e fictício. Conclui-se que as categorias marxistas permanecem fundamentais para compreender a lógica da valorização do valor no capitalismo contemporâneo e que a alegoria tecnofeudal obscurece, em vez de esclarecer, os mecanismos atuais de espoliação do trabalho.

Palavras-chave: Tecnofeudalismo; plataformas digitais; teoria do valor; fetichismo; mais-valor.

Critique of the techno-feudal allegory: digital platforms, value, and fetishism in contemporary capitalism

Abstract: This article critically analyzes the thesis of technofeudalism, which proposes the emergence of a new mode of production centered on the algorithmic domination of digital platforms. It adopts an immanent analysis of the works of authors such as Varoufakis, Durand, and Dean, confronted with Marxian political economy critique. The study investigates whether these formulations fall into theoretical fetishism by mistaking apparent forms of domination for ruptures with the foundations of capitalism. The results indicate that, far from replacing labor exploitation and surplus value production, digital platforms intensify historically developed forms of commercial, interest-bearing, and fictitious capital. It concludes that Marxist categories remain essential for understanding the logic of value valorization in contemporary capitalism and that the technofeudal allegory obscures rather than clarifies current mechanisms of labor expropriation.

Keywords: Technofeudalism; digital platforms; value theory; fetishism; surplus value.

Recebido em 29.05.2025. Aprovado em 07.07.2025. Revisado em 24.09.2025.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Nas últimas décadas, o avanço das tecnologias digitais, a centralização informacional das grandes plataformas e a financeirização da economia global têm alimentado um intenso debate sobre as transformações do capitalismo. O crescimento exponencial das chamadas *Big Techs*, a conversão de dados em ativos econômicos e a reorganização das relações de trabalho suscitaram diagnósticos que apontam para a emergência de uma nova ordem socioeconômica, cuja lógica não estaria mais fundamentada na produção de mercadorias por meio do trabalho assalariado, mas no controle algorítmico, na extração de renda digital e na mediação monopolista de plataformas. No interior desse debate, proliferam conceitos como “capitalismo de vigilância”, “capitalismo de plataformas”, “capitalismo cognitivo”, “vetorialismo” e, mais recentemente, “tecnofeudalismo”.

Este artigo debruça-se criticamente sobre essa última formulação, que vem ganhando notoriedade em autores como Yanis Varoufakis, Cédric Durand e Jodi Dean. A tese do tecnofeudalismo sustenta que estaríamos diante de uma ruptura estrutural com o modo de produção capitalista, marcada pela substituição da mediação mercantil pela dominação extraeconômica de plataformas digitais organizadas como feudos privados. Nessa perspectiva, categorias centrais da crítica marxista — como valor, mais-valor e exploração — seriam insuficientes para apreender as novas formas de acumulação e dominação que emergem na era digital. A partir da análise imanente das obras que sustentam estas teses, verificamos se não é o caso de a aparência das formas contemporâneas do capital incidirem em um tipo específico de fetichismo teórico, que obscurece os fundamentos ainda vigentes da valorização capitalista.

Para fins de exposição, retomamos criticamente os argumentos dos principais proponentes da tese tecnofeudal e os confrontamos com a crítica da economia política marxiana, enfatizando o papel central da teoria do valor. Assim, analisamos a hipótese de que, longe de representar uma superação do capitalismo, o chamado tecnofeudalismo constitui uma intensificação de tendências imanentes ao capital, especialmente daquelas relacionadas ao capital comercial, ao capital portador de juros e à autonomização do capital fictício. Avaliamos se as plataformas digitais não rompem com a lógica do capital, mas a realizam de forma cada vez mais concentrada, automatizada e mistificada. Ao final, verificamos se, na verdade, a atualização da crítica marxista não exige o abandono de suas categorias fundamentais, mas sua aplicação rigorosa às formas mais opacas da dominação contemporânea.

Novas formas de dominação ou novo modo de produção? O debate até o tecnofeudalismo

Nas primeiras décadas do século XXI, a teoria social crítica tem se debruçado sobre os impactos das transformações trazidas pela digitalização das economias, a integração global dos fluxos econômicos e comunicacionais, e as mudanças nas dinâmicas de trabalho e acumulação. Esses estudos buscam compreender as consequências dessas mudanças sobre a vida social, cultural e política. Nesse contexto, duas grandes correntes interpretativas destacam-se: de um lado, autores que compreendem tais transformações como um aprofundamento das lógicas internas do capitalismo, agora marcadas pelo rentismo cibernético e pela financeirização algorítmica; de outro, teóricos que sustentam que essas mudanças constituem uma ruptura mais profunda, indicando a superação das formas clássicas do modo de produção capitalista. Para estes, categorias centrais como valor, mais-valor e exploração do trabalho assalariado já não seriam suficientes para explicar os novos mecanismos de acumulação e dominação que emergem na era digital.

A noção de *capitalismo cognitivo* surge como uma tentativa de compreender as transformações do regime de acumulação no capitalismo contemporâneo, marcado pela centralidade do conhecimento, da cooperação e das tecnologias digitais. Para Moulier-Boutang (2011), trata-se de uma nova etapa histórica do capitalismo, em que o saber se torna a principal fonte de valor, substituindo o trabalho manual industrial. Nesse contexto, o trabalho vivo — dotado de criatividade, linguagem e afetos — ganha centralidade, e a valorização do capital ocorre por meio da captura de externalidades positivas produzidas em redes colaborativas. Vercellone e Giuliani (2019) aprofundam essa perspectiva ao destacar a tensão entre a produção social do saber e sua apropriação privada, defendendo que o capitalismo cognitivo rompe com invariantes estruturais do capitalismo industrial, como a equivalência entre tempo de trabalho e valor, deslocando a exploração para a totalidade do tempo social. Fumagalli e Lucarelli (2019) complementam essa visão, apontando a subordinação da produção do conhecimento às lógicas instáveis da financeirização e da precarização, enquanto Srnicek (2017) descreve o capitalismo de plataformas

como forma organizacional que intensifica essa lógica, ao transformar dados em principal insumo da acumulação, operando por meio de plataformas monopolistas com forte viés financeiro e digital.

Diante dessas mutações, surgem críticas à teoria do valor-trabalho clássica de Marx. Shoshana Zuboff (2019) propõe o conceito de *capitalismo de vigilância*, que opera não pela venda de bens ou serviços aos usuários, mas pela expropriação de dados comportamentais, transformados em ativos preditivos. Nesse modelo, a exploração não se dá apenas no local de trabalho, mas estende-se à esfera privada, desestabilizando os limites da exploração tradicional. Rotta e Teixeira (2018) enfrentam diretamente esse desafio teórico ao argumentar que, embora as “mercadorias-conhecimento” possuam valor nulo por sua reprodução sem dispêndio adicional de trabalho, elas ainda geram rendas por meio da propriedade intelectual. Assim, defendem que a teoria do valor marxista não deve ser descartada, mas ampliada com base na distinção entre tempo de produção e tempo de reprodução, e na incorporação de formas de acumulação improdutivas. As transformações contemporâneas no capitalismo exigem não a negação, mas a reformulação da crítica marxista, capaz de abarcar os novos mecanismos de valorização, extração de valor e controle social baseados no saber, nos dados e na vigilância.

Por sua vez, Wark (2019) sustenta que o capitalismo foi superado e substituído por uma nova formação histórica: o vetorialismo, um regime em que a dominação não se baseia mais na exploração direta do trabalho produtivo, mas no controle dos vetores — infraestruturas que roteiam e rentabilizam fluxos informacionais. Nesse arranjo, a classe dominante vetorialista extrai valor não da produção material, mas da captura e mercantilização da criatividade e do saber dos hackers (cientistas, artistas, programadores), que não detêm os meios para realizar o valor de seu trabalho. Ao deslocar o centro da acumulação para a circulação abstrata da informação, o vetorialismo desestabiliza as categorias clássicas do marxismo, como valor, mais-valor e classe, levando Wark a defender que a teoria do valor-trabalho se tornou obsoleta para explicar a realidade atual e que é necessário construir novas ferramentas conceituais capazes de apreender as forças abstratas e os efeitos de superfície que estruturam a sociedade contemporânea.

Durand (2021) critica a tese de Wark (2019), segundo a qual estaríamos diante de um novo modo de produção, centrado na informação e estruturado por uma nova relação de classe entre hackers e vetorialistas. Embora reconheça a pertinência da hipótese de que forças informacionais têm reorganizado aspectos fundamentais da dominação social, Durand recusa a ideia de que a informação esteja se tornando o principal fundamento da produção de valor, pois ignora a materialidade persistente das condições de existência dos produtores de conhecimento, que continuam dependendo de meios de vida como alimentação, moradia e vestuário. Para Durand, a especificidade contemporânea reside na intensificação de mecanismos extrativos, por meio da ampliação de formas de captura de renda. A economia digital opera menos como nova matriz produtiva e mais como uma forma de rentismo tecnofeudal, que permite aos capitais desvincularem-se parcialmente da exploração direta do trabalho, sem abdicar da apropriação do mais-valor global gerada pelos processos produtivos tradicionais.

A tese do tecnofeudalismo desenvolvida por Durand (2021) propõe que as transformações trazidas pela ascensão das tecnologias digitais não representam uma mera etapa de desenvolvimento do capitalismo, mas sim uma mutação qualitativa de sua lógica fundamental. Para o autor, o capitalismo contemporâneo, dominado pelas plataformas digitais e pelo controle algorítmico dos dados, substitui a dinâmica da concorrência produtiva por mecanismos de captura de valor baseados na dependência e na extração de renda. Como ele afirma, “o auge do digital perturba as relações competitivas em benefício de relações de dependência”, o que leva a uma predominância da “depredação sobre a produção” (Durand, 2021, p. 261, tradução nossa). Essa reconfiguração não está limitada ao setor de tecnologia, mas afeta toda a organização socioeconômica, instaurando novas formas de dominação que remetem ao modelo feudal de apropriação do excedente.

No centro dessa transformação está a substituição da exploração direta do trabalho por dispositivos de captura, sustentados por monopólios digitais que se consolidam por meio de efeitos de rede, economias de escala e concentração de dados. A vida social enraíza-se na “gleba digital”, e os sujeitos tornam-se estruturalmente subordinados às plataformas que controlam os algoritmos e os fluxos informacionais. Segundo Durand (2021, p. 250, tradução nossa), “os grandes serviços digitais são feudos dos quais não se pode escapar”, e esse controle monopolístico gera uma forma de “regulação depredadora”, onde “o resultado agregado é, no melhor dos casos, um jogo de soma zero — se a apropriação corresponde a uma simples transferência de valor —, no pior, um jogo de soma negativa” (Durand, 2021, p. 257, tradução nossa). O tecnofeudalismo, assim, marca o esgotamento das promessas emancipadoras da digitalização e inaugura um regime baseado na dominação algorítmica, na vigilância e na expropriação das subjetividades.

Jodi Dean (2025) usa a expressão *neofeudalismo* para nomear uma tendência emergente no interior do próprio capitalismo, em que suas formas clássicas de mediação e acumulação se desintegram, sendo substituídas por uma nova estrutura social marcada por fragmentação, dominação privada e servidão. Em vez de uma transição linear rumo ao socialismo ou ao colapso final, Dean sugere que o capital está cavando sua própria cova ao reverter suas leis de movimento:

O capital não está morto. O capital está cavando sua própria cova. As leis de movimento do capitalismo estão se dobrando reflexivamente sobre si mesmas e se tornando algo que já não é mais reconhecível como capitalista (Dean, 2025, p. 11, tradução nossa).

Para a Dean (2025), é uma mutação que rompe com a lógica da valorização por meio da produção e se ancora na “suserania”, na “coerção extraeconômica”, na “expropriação” e na “privatização da soberania”. A soberania moderna — seja do rei absolutista ou do povo democrático — converte-se em uma soberania parcelada, onde Estados se comportam como vassalos diante de mercados financeiros, tratados internacionais e megacorporações, perdendo a capacidade de agir independentemente ou de assegurar direitos comuns.

Nesse novo arranjo, ressurgem relações hierárquicas entre “novos senhores e servos”, mediadas por contratos assimétricos, taxas de acesso e plataformas digitais que operam como feudos. A referida autora afirma que relações contratuais vinculatórias hoje assumem a forma de vassalagem contemporânea, em que o trabalhador paga para trabalhar e se submete às expectativas de quem detém os meios de mediação (Dean, 2025). A propriedade pessoal — como carros, casas ou celulares — transforma-se em instrumento de geração de renda para as plataformas, consolidando uma nova classe de senhores digitais, enquanto a maioria se torna “servos proletarizados”, desprovidos de segurança no trabalho, acesso a serviços públicos ou perspectivas de mobilidade social. Em um mundo em que “serviços substituem produção” e a “acumulação se dá por pedágios, taxas, aluguéis e dados” (Dean, p. 95, tradução nossa), as velhas promessas do capitalismo de progresso e produtividade são substituídas pela lógica da dominação parasitária. Neofeudalismo, portanto, seria mais do que uma metáfora histórica: é para Dean o nome de uma nova forma de dominação, em que a luta de classes assume feições dispersas, servis e digitais.

Varoufakis (2025) argumenta que não vivemos mais uma transformação interna do capitalismo, mas sua substituição por uma nova ordem: o tecnofeudalismo. “O capitalismo já está morto [...]. Ele foi substituído nesse papel por algo fundamentalmente distinto, que chamo de tecnofeudalismo” (Varoufakis, 2025, p. 8). Essa metamorfose, descrita como “a metamorfose final do capitalismo” (Varoufakis, 2025, p. 58), teria sido provocada pela própria lógica do capital, que, ao se desenvolver em sua forma digital, destruiu os pilares do capitalismo clássico.

O tecnofeudalismo surge de fatores como a privatização da internet pelas *Big Techs* e as respostas estatais à crise de 2008, que reforçaram a centralização do capital digital. Essa nova ordem ancora-se no “capital-nuvem”, que não extrai valor via trabalho produtivo, mas pela intermediação algorítmica de plataformas digitais.

Os mercados são cada vez mais substituídos por feudos das nuvens. Para forçar empresas ao papel de vassalos. E para fazer de nós todos servos das nuvens [...] produzindo avidamente o capital-nuvem que mantém nossos senhores feudais nas nuvens (Varoufakis, 2025, p. 87).

O capital-nuvem automatiza comportamentos, dissolve os mercados e substitui a lógica do lucro pela renda extraída do controle sobre dados e atenção. “A verdadeira revolução que o capital-nuvem impôs à humanidade é a conversão de bilhões de nós em servos das nuvens voluntários” (Varoufakis, 2025, p. 84). Diferente do capital tradicional, ele se reproduz sem depender do trabalho assalariado: “Já o capital-nuvem pode reproduzir a si mesmo de modos que não envolvem trabalho assalariado” (Varoufakis, 2025, p. 79–80). Plataformas como Amazon, Google e Facebook exemplificam essa acumulação por meio da extração contínua de valor das ações cotidianas dos usuários.

Varoufakis (2025, p. 89) sustenta que o poder do capital-nuvem reside na capacidade de substituir a mediação humana por algoritmos: “o exercício do poder do capital [...] foi entregue aos algoritmos”. Essas plataformas tornam-se feudos digitais, onde “nem os compradores nem os vendedores desfrutam de nenhuma das opções de que desfrutariam em mercados normais” (Varoufakis, 2025, p. 94). Nesse contexto, dispositivos como Alexa e Siri “não os estão vendendo como mercadorias” (Varoufakis, 2025, p. 125), mas servem como portas de entrada para capturar atenção e renda digital.

Para Varoufakis (2025, p. 127), os capitalistas-nuvem “investem em [...] propaganda, em combate aos sindicatos”, [mas] “[...] eles o fazem não para vender mercadorias ao máximo lucro, mas para extrair o máximo de rendas dos capitalistas que o fazem”. O lucro, diz ele, deixou de ser o motor do sistema após 2008, quando os bancos centrais passaram a inflar ativos via emissão de moeda. “Pela primeira vez desde que o capitalismo despertara [...] o lucro deixou de ser o combustível” (Varoufakis, 2025, p. 102). O novo regime baseia-se na extração de renda contínua, não na produção. “Renda nas nuvens é o pagamento que os capitalistas-nuvem extraem dos capitalistas vassalos para acessar os feudos nas nuvens” (Varoufakis, 2025, p. 216). É uma mudança baseada no suposto monopólio feudal das nuvens, em que Varoufakis (2025, p. 118) conclui: “O lucro é suscetível à concorrência de mercado; a renda, não”. Plataformas como Apple Store e Google Play funcionam como “feudos das nuvens”, onde empresas pagam tributos fixos para acessar consumidores. “Pensar nele como hipercapitalismo ou capitalismo rentista seria deixar passar esse princípio essencial e definidor” (Varoufakis, 2025, p. 127), porque os feudos das nuvens são organizados por uma “centralização perfeita (alcançada pelo poder do algoritmo de emparelhar e determinar o conjunto completo de informações de cada comprador e cada vendedor)” (Varoufakis, 2025, p. 216).

Em síntese, os autores apresentados consideram que o tecnofeudalismo se distingue do capitalismo não apenas por reconfigurar seus mecanismos de dominação, mas por romper com os fundamentos centrais da teoria marxista do valor, como a centralidade do trabalho assalariado, a mediação mercantil e a extração de mais-valor produtivo. Autores como Durand (2021), Dean (2025) e Varoufakis (2025) argumentam que, nesse novo arranjo, a acumulação já não se dá pela valorização do capital por meio do trabalho, mas pela extração de rendas associadas ao controle monopolístico das infraestruturas digitais — os chamados feudos da nuvem. A forma-mercadoria dá lugar à forma-pedágio; o capitalista industrial, ao senhor da nuvem; e o trabalhador produtivo, ao servo informacional. Plataformas digitais substituem mercados, algoritmos substituem gerentes e a atenção torna-se o principal recurso a ser explorado. Nesse contexto, categorias como mais-valor, lucro e valor-trabalho tornam-se insuficientes para explicar um regime socioeconômico baseado na vigilância, na coerção extraeconômica e na privatização dos bens comuns digitais.

O tecnofeudalismo, portanto, é apresentado não como uma continuação do capitalismo, mas como sua mutação terminal, na qual a dominação é exercida menos pela exploração produtiva e mais pela apropriação parasitária e algorítmica da vida social. A seguir, analisaremos criticamente essa percepção à luz da crítica da economia política, examinando seus limites teóricos e as implicações de suas rupturas com a teoria do valor.

O capital comercial na era digital: fetichismo e mediação

Marx (2014) demonstra o fetichismo do capital ao mostrar como a fórmula $D-M \dots P \dots M'-D'$ revela o processo capitalista não como uma produção voltada às necessidades humanas (valores de uso), mas como um circuito em que o dinheiro gera mais dinheiro, ocultando a exploração do trabalho e a mediação produtiva real. Marx aponta que “todas as nações em que impera o modo de produção capitalista são periodicamente tomadas pela ilusão de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção” (Marx, 2014, p. 135). Trata-se de uma expressão acabada do fetichismo: uma inversão ideológica em que o dinheiro parece autogerar valor, como se tivesse potência produtiva própria, apagando a centralidade do trabalho humano, o que fica evidenciado na expressão $D-D'$.

A noção de tecnofeudalismo reproduz essa lógica fetichista, ao sugerir que as novas formas de dominação digital — baseadas em plataformas, nuvens, algoritmos ou “senhores da informação” — substituíram ou suplantaram o capital produtivo e a extração de mais-valor pelo trabalho. Quando se afirma que vivemos sob um novo “feudalismo digital”, em que as *big techs* dominam por meio do controle de dados e da captura de renda, mas sem situar esse processo na reprodução do capital industrial e financeiro, corre-se o risco de naturalizar as formas aparentes (como renda da nuvem ou domínio algorítmico), obscurecendo o fato de que a finalidade continua sendo $D-D'$, o ato de valorizar o capital, mesmo que mediado por novas formas técnicas. A ilusão tecnofeudal parece não considerar o papel essencial do capital comercial no ciclo de reprodução e acumulação.

o tempo de compra e venda não cria valor algum. Uma ilusão se produz, aqui, pela função do capital comercial. No entanto, sem que aqui entremos em detalhes, é desde já evidente: se por efeito da divisão do trabalho uma função que em si mesma é improdutiva, mas constitui um momento necessário da reprodução converte-se de uma operação acessória realizada por muitos em operação exclusiva de poucos, em tarefa específica destes, com isso não se altera em nada o caráter da função (Marx, 2014, p. 211).

Embora o comerciante exerça uma função necessária — a circulação das mercadorias —, essa função não cria valor. Trata-se de uma atividade improdutiva do ponto de vista da produção de mais-valor, ainda que funcional para o capital como totalidade. O comerciante aparece como aquele que “libera tempo” para a produção ao concentrar em si tarefas auxiliares (comprar e vender), mas isso não altera o fato de que sua função não gera valor, apenas facilita a realização da valorização produzida em outro lugar: na produção material direta, onde a força de trabalho é explorada.

A ideia de estabelecer o tecnofeudalismo como um regime no qual a mediação digital das plataformas substitui os mercados abertos por feudos privados em que plataformas como Google, Amazon ou Facebook atuam como “senhores digitais”, cobrando rendas (*cloud rents*) pelo acesso a infraestruturas digitais apenas é uma forma mistificada (e repetida) de interpretar a aparência do capital comercial.

O que Marx (2014) já desmistificava em relação ao capital comercial se atualiza nas formas contemporâneas de capital. A mediação — seja na forma de comércio, plataforma ou propriedade intelectual — aparece como produtora de valor, mas seu papel continua sendo o de converter formas (mercadoria-dinheiro e vice-versa) ou organizar fluxos. A verdadeira origem do valor segue sendo a exploração do trabalho, ainda que obscurecida por novas formas de dominação e aparência. A automatização deste processo por meio das plataformas materializa uma tendência histórica do capital comercial.

Um comerciante (aqui considerado simples agente da transmutação de forma das mercadorias, como simples comprador e vendedor) pode, mediante suas operações, abreviar o tempo de compra e de venda de muitos produtores. Ele deve ser visto, então, como uma máquina que ajuda a reduzir o dispêndio inútil de força ou a liberar tempo para a produção” (Marx, 2014, p. 211).

A ideia de que os capitalistas industriais se tornaram “vassalos” de uma nova elite tecnofeudal, conforme sugerido por Varoufakis (2025), representa uma releitura hipostasiada da reconfiguração contemporânea do capitalismo, que corre o risco de obscurecer mais do que esclarecer a dinâmica real da valorização. A alegoria feudal, com senhores da nuvem, vassalos industriais e servos digitais, tende a fetichizar as formas visíveis do poder digital, deslocando o foco da crítica da exploração e da produção para um esquema simbólico de sujeição que sugere uma ruptura estrutural com o capital, quando se trata de intensificação de tendências imanentes ao próprio capital.

O capital comercial é agente funcional da circulação, um “auxiliar” que reduz o tempo de transação entre produtores e compradores. Ao descrever o comerciante como “uma máquina que ajuda a reduzir o dispêndio inútil de força”, Marx antecipa, em termos abstratos, o que hoje pode ser observado nas plataformas digitais como Google, Amazon ou Facebook: instrumentos que agilizam e mediam trocas, publicidade, logística e consumo, convertendo-se em operadores centrais da circulação de mercadorias e da realização do valor. Longe de constituírem uma nova forma de dominação externa ao capital, essas plataformas realizam uma função histórica do capital comercial, agora automatizada, centralizada e integrada à lógica da valorização.

Tomando como exemplo concreto o Relatório Anual de 2024 da Alphabet Inc. (2025), vê-se que a maior parte de sua receita provém de Google Search (US\$ 198,1 bilhões), YouTube Ads (US\$ 36,1 bilhões) e Google Network (US\$ 30,4 bilhões), atividades ligadas diretamente à venda de publicidade baseada na mediação digital de transações mercantis. Isso demonstra que a Alphabet não rompe com o modo de produção capitalista, mas opera como capital comercial e financeiro altamente concentrado, capturando rendas por meio da intermediação e do controle da atenção — formas já previstas na teoria marxista como expressões do capital portador de juros e do capital mercantil.

Lucro, renda e o butim coletivo: produção, reprodução e trabalho na era digital

A metáfora dos “vassalos industriais” ignora que os capitalistas industriais e as *big techs* fazem parte do mesmo circuito D–M–P–M’–D’, ainda que ocupem posições diferentes na divisão do capital. A renda capturada pelas plataformas é, em última instância, extraída do mais-valor produzida no setor produtivo, reafirmando a unidade do processo de exploração capitalista, o que torna absurda a ideia de que “o capital-nuvem pode reproduzir a si mesmo de modos que não envolvem trabalho assalariado” (Varoufakis, 2025, p. 79–80). Substituir a lógica do capital por imagens feudais apaga a centralidade do trabalho assalariado e da

produção de valor, reencenando o fetichismo do capital ao atribuir às plataformas um poder autônomo e quase sobrenatural de dominação.

Ao invés de afirmar que os capitalistas industriais são “vassalos”, é mais preciso dizer que as plataformas digitais são elementos funcionalmente integrados ao capital total, que maximizam o tempo de circulação, concentram renda sob a forma de publicidade e dados, mas não rompem com a lógica fundamental da valorização do valor. O tecnofeudalismo, nesse sentido, funciona como um nome mistificado para uma tendência histórica do próprio capital.

Outro ponto problemático da tese tecnofeudalista é a ideia de que o lucro deixou de ser o motor da economia capitalista, o que é uma ilusão gerada pela própria forma como o mais-valor se distribui no modo de produção capitalista.

Na sociedade capitalista, esse mais-valor ou esse mais-produto se distribui — abstraindo-se das flutuações ocasionais da distribuição e considerando -se sua lei reguladora, seus limites normativos — entre os capitalistas como dividendos em proporção à cota de capital social pertencente a cada um. Nessa forma, o mais -valor aparece como o lucro médio que diz respeito ao capital, lucro médio que, por sua vez, desdobra-se em ganho empresarial e juros, podendo recair, sob essas duas categorias, em diferentes tipos de capitalista. Por meio do capital, no entanto, essa apropriação e distribuição do mais-valor, ou, a depender do caso, do mais -produto, encontram seu limite na propriedade fundiária. Assim como o capitalista ativo extrai do trabalhador o mais -trabalho e, com isso, sob a forma do lucro, o mais-valor e o mais-produto, também o proprietário fundiário extrai do capitalista uma parte desse mais-valor, ou mais-produto, sob a forma da renda fundiária, segundo as leis anteriormente desenvolvidas (Marx, 2017, p. 883).

Marx (2017) demonstra que o mais-valor, originado no mais-trabalho explorado dos trabalhadores, é o núcleo da valorização capitalista e sua distribuição posterior em lucro, juros e renda fundiária apenas reflete formas específicas de apropriação desse valor. A forma-lucro, portanto, é uma aparência necessária da substância do mais-valor e permanece a expressão da exploração do trabalho vivo, ainda que mediada por diversas figuras do capital.

Varoufakis (2025) sugere que, desde a crise de 2008, o lucro teria deixado de ser o “combustível” do capitalismo, substituído por liquidez fornecida pelos bancos centrais e por mecanismos de valorização artificial via plataformas e ativos inflacionados — o que o levaria a considerar que o capitalismo se transformou em um sistema pós-lucrativo, guiado por renda digital ou controle de dados, e não mais por produtividade ou exploração direta do trabalho. Embora seja verdade que há crescente dissociação entre lucros efetivos e valorização financeira de ativos, Marx (2017) mostrava que o mais-valor pode aparecer de maneira fetichizada e mediada (como juros, dividendos, renda fundiária, valorização fictícia etc.), sem que isso altere sua base real: o trabalho explorado. A financeirização e a ascensão das *big techs* e dos chamados “capitalistas-nuvem” por Varoufakis (2025) não suprimem o mais-valor, mas o disfarçam sob formas rentistas ou especulativas, que ainda dependem, em última instância, da produção real de valor e das condições materiais da reprodução social. O proprietário fundiário extrai uma parte do mais-valor sem participar da produção, o que demonstra que a forma-renda já era uma figura da economia capitalista em seus fundamentos.

O que ocorre é apenas que o capitalista se esquece — ou, antes, não o vê, já que a concorrência não mostra — de que todos esses motivos compensatórios, que os capitalistas exigem uns dos outros no cálculo recíproco dos preços das mercadorias de diferentes ramos de produção, referem-se meramente ao fato de que todos eles, pro rata a seu capital, detêm iguais direitos ao butim coletivo, ao mais-valor total (Marx, 2017, p. 246).

A novidade contemporânea, portanto, não é a substituição do lucro por renda, mas a expansão das formas de apropriação de mais-valor por vias não diretamente produtivas, como plataformas digitais, infraestrutura de dados e manipulação monetária — o que, longe de suprimir a teoria do valor, confirma sua atualidade ao evidenciar novos modos de capturar o trabalho social. Afirmar que “o lucro é para os perdedores” (Varoufakis, 2025, p. 108) é cair no engodo da aparência, ignorando que, mesmo sob a dominância do capital fictício e do capital-nuvem, a extração de mais-trabalho permanece a substância silenciosa do sistema, ainda que camuflada em novas formas. O que Varoufakis (2025) interpreta como uma ruptura histórica — o suposto declínio do lucro como motor do capitalismo — revela-se, à luz de Marx, como um rearranjo das formas de partilha do mais-valor, cujo fundamento continua sendo o trabalho explorado. A financeirização, a ascensão das plataformas e

a centralidade dos dados apenas sofisticam os mecanismos de captura do butim coletivo, isto é, do mais-valor socialmente produzido e apropriado por capitalistas e proprietários sob diversas formas. Ao perder de vista essa raiz comum, corre-se o risco de fetichizar a renda como nova origem do valor, quando ela é, na verdade, uma das máscaras do mesmo processo de espoliação do trabalho. Assim, o tecnofeudalismo não inaugura uma era pós-capitalista, mas aprofunda a lógica expropriadora do capital sob a aparência de novidade.

Um ponto crítico que aproxima os defensores da tese tecnofeudal aos proponentes da noção de capitalismo cognitivo é como lidar com as formas de trabalho contemporâneas. Rotta e Teixeira (2018) partem de um ponto legítimo: o desafio de compreender a crescente centralidade das mercadorias informacionais no capitalismo contemporâneo. Entretanto, sua distinção entre tempo de produção e tempo de reprodução como critério de valoração pode obscurecer a determinação fundamental de Marx de que o valor é socialmente constituído pelo tempo de trabalho abstrato necessário à produção da mercadoria, não à sua reprodução. Como destaca Marx (2013), o caráter místico da mercadoria não se deve ao valor de uso nem ao conteúdo do trabalho útil, mas à forma social que o trabalho assume sob o capitalismo: “[...] dispêndio de cérebro, nervos, músculos” (Marx, 2013, p. 147) que se expressa como quantidade de tempo socialmente necessário. Ao dizer que o conhecimento reproduzido tem valor nulo, Rotta e Teixeira tendem a naturalizar a gratuidade da reprodução digital, esquecendo que o conhecimento codificado, antes de ser reproduzido, precisa ser produzido o que implica trabalho vivo, criativo, exaustivo, muitas vezes precarizado.

Ademais, a própria infraestrutura que permite a reprodução de conhecimento — data centers, servidores, sistemas de vigilância — é profundamente material, construída e mantida por trabalho produtivo. A Amazon investiu US\$ 101,2 bilhões em execução logística e US\$ 88,4 bilhões em tecnologia e conteúdo digital ao longo de 2024 (Amazon Inc., 2025). A separação rígida entre produção e reprodução, portanto, ignora a continuidade entre ambas e pode levar a uma subestimação da exploração envolvida na economia digital. Mesmo a força de trabalho mais “abstrata”, como a intelectual, implica gasto de energia humana que precisa ser reposta via salário: “Por meio de seu acionamento, o trabalho, gasta-se determinada quantidade de músculos, nervos, cérebro etc.” (Marx, 2013, p. 245). As despesas da Amazon com logística e tecnologia mostram que, mesmo as empresas aparentemente mais “imateriais” ainda se baseiam em grande massa de trabalho produtivo. O que muda não é o abandono do trabalho, mas a concentração do poder de comandar e explorar esse trabalho via plataformas — uma intensificação, e não supressão, da lógica do capital.

A tese de Varoufakis (2025) de que o lucro deixou de ser o motor do capitalismo após 2008, substituído pela liquidez dos bancos centrais e pela extração de renda dos “capitalistas-nuvem” não se sustenta diante de uma análise mais detida. Mesmo aceitando que há uma hipertrofia da financeirização e da valorização de ativos digitais, os dados da Amazon de 2024 mostram que a empresa segue altamente lucrativa (lucro líquido de US\$ 30,4 bi), com base em atividades que ainda envolvem a venda de mercadorias, serviços e extração de trabalho vivo. O argumento de que “o acúmulo de capital se dissociou dos lucros” ignora que a liquidez e os ativos valorizados funcionam como capital fictício que antecipa ou captura expectativas futuras de extração de mais-valor. Assim como no capitalismo industrial clássico, ainda há investimento em força de trabalho, infraestrutura e logística, como evidencia o alto custo de vendas e logística na Amazon. O que muda é a forma social e tecnológica da mediação entre capital e trabalho, não sua abolição. Por fim, a ideia de que os capitalistas-nuvem “não vendem mercadorias” contradiz os próprios dados de vendas de varejo na América do Norte e internacional somam quase US\$ 500 bilhões (Amazon Inc., 2025). A renda extraída por meio das plataformas é uma forma derivada de valorização — não autônoma do trabalho, mas mediada por sua exploração em novas condições técnicas.

Conclusão

Diante das transformações contemporâneas impulsionadas pelas tecnologias digitais, pela financeirização e pela centralização algorítmica do controle social, é compreensível que surjam interpretações que busquem nomear esse novo momento do capitalismo. No entanto, como procuramos demonstrar ao longo deste artigo, as teses que postulam uma ruptura estrutural com o modo de produção capitalista incorrem frequentemente em análises fetichistas, ao tomarem as formas aparentes da dominação digital como expressão de uma nova lógica histórica autônoma. A alegoria feudal, com seus “senhores da nuvem”, “vassalos industriais” e “servos digitais”,

embora sugestiva, obscurece os fundamentos reais da acumulação, que seguem ancorados na exploração do trabalho assalariado e na produção de mais-valor.

Ao desvelarmos o funcionamento das plataformas digitais como formas historicamente desenvolvidas do capital comercial e financeiro, evidenciamos que a extração de renda por meio de publicidade, dados e intermediação algorítmica não suprime a teoria marxista do valor, mas, antes disso, à válida e a torna essencial para analisar as novas condições técnicas da produção e circulação. A renda digital, o capital fictício e os processos de vigilância são expressões derivadas da lógica da valorização do valor, e não seus substitutos. Como vimos, o mais-valor permanece sendo a substância oculta por trás das formas rentistas e especulativas, e a dominação exercida pelas *big techs* continua mediada pela exploração de uma vasta força de trabalho produtiva, ainda que fragmentada, dispersa e precarizada. O que se reconfigura não é o fundamento do capital, mas suas formas de aparecimento.

Reafirmar a atualidade da crítica da economia política marxiana, portanto, não significa negar as mutações históricas do capitalismo, mas recusá-las como justificativa para abandonar as categorias que revelam sua essência. A tese do tecnofeudalismo, ao propor a superação do capitalismo sem demonstrar a abolição de suas relações sociais fundamentais, enfraquece a crítica ao capital ao deslocar o foco da exploração para a aparência da dominação. Ao contrário, é justamente a permanência e intensificação da exploração do trabalho sob novas formas que exige uma crítica radical, centrada na teoria do valor e capaz de interpretar os mecanismos contemporâneos de espoliação como desdobramentos da lógica do capital. A ilusão tecnofeudal é, portanto, menos um diagnóstico do presente do que um sintoma ideológico da dificuldade de nomear o capital em sua fase mais mistificada.

Referências

- ALPHABET INC. Annual Report 2024. Mountain View: Alphabet Inc., 2025. Disponível em: <https://abc.xyz/assets/e1/57/8a65483e43feaa709f6cc5cc0737/annualreport2024-web.pdf>. Acesso em: 25 maio 2025.
- AMAZON INC. Form 10-K: Annual Report pursuant to Section 13 or 15(d) of the Securities Exchange Act of 1934 for the fiscal year ended December 31, 2024. Seattle: Amazon Investor Relations, 1 abr. 2025. Disponível em: <https://ir.aboutamazon.com/sec-filings/sec-filings-details/default.aspx?FilingId=18165478>. Acesso em: 26 maio 2025.
- DEAN, J. Capital's Grave: Neofeudalism and the New Class Struggle. London; New York: Verso, 2025.
- DURAND, C. Tecnofeudalismo: crítica de la economía digital. 1. ed. Adrogué: La Cebra; Donostia: Kaxilda, 2021.
- FUMAGALLI, A.; LUCARELLI, S. Cognitive capitalism, an empirical and theoretical analysis. In: FUMAGALLI, A. et al. Cognitive capitalism, welfare and labour: the Commonfare hypothesis. Abingdon: Routledge, 2019.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOULIER-BOUTANG, Y. Cognitive capitalism. Translated by Ed Emery. Cambridge: Polity Press, 2011.
- ROTTA, T.; TEIXEIRA, R. The commodification of knowledge and information. In: VIDAL, M.; SMITH, T.; ROTTA, T.; PREW, P. (ed.). The Oxford Handbook of Karl Marx. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- SRNICEK, N. Platform Capitalism. Cambridge: Polity Press, 2017.
- VAROUFAKIS, Y. Tecnofeudalismo: o que matou o capitalismo. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.
- VERCELLONE, C.; GIULIANI, A. An introduction to cognitive capitalism: a Marxist approach. In: FUMAGALLI, A. et al. Cognitive capitalism, welfare and labour: the Commonfare hypothesis. Abingdon: Routledge, 2019.
- WARK, M. Capital is dead. London; New York: Verso, 2019.

Thiago Dutra Hollanda de Rezende

thiagodhr@gmail.com

Doutor em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB)

Professor de Educação Superior da Universidade do Distrito Federal (UnDF)

UnDF

Universidade do Distrito Federal – UnDF

St. de Habitações Individuais Norte CA 2 - Lago Norte, Brasília - DF, 71503-502

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições do autor

O autor foi responsável por todas as etapas da pesquisa e da redação do artigo, incluindo concepção, levantamento de dados, análise, redação e revisão final.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

O autor declara não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados

Não se aplica.

Editores Responsáveis

Mailiz Garibotti Lusa – Editora-chefe

Claudemir Osmar da Silva – Comissão Editorial